

Olimpíadas 2016 tem acompanhamento da Auditoria da CGM-RJ



ilustração Ricardo Augusto

Em função da magnitude de um evento como as Olimpíadas 2016, a CGM-RJ/ADG criou a coordenadoria de auditoria ad hoc - 5ª CAD Rio 2016, cujo objetivo específico é acompanhar a leitura dos órgãos de Controle e das gerenciadoras, acompanhamento de todas as matérias publicadas na mídia e inspeções físicas.

É a primeira vez que a Auditoria Geral está trabalhando com a experiência de criar uma Coordenaria ad hoc. É assim denominada porque não consta na estrutura formal do órgão, mas tem as funções relativas às demais Coordenarias da Auditoria Geral e é

dedicada exclusivamente a trabalhos referentes às Olimpíadas.

A 5ª CAD Rio 2016 é composta por auditores do quadro técnico de concursados da Controladoria Geral e é formada por: Erika Coelho, Auditora Interna da Riourbe; Gustavo Bramili, Auditor Interno da EOM; Cesar Emmanuel Santos, Auditor; Caetano Duayer e Marco Antonio Ferreira, Técnicos.

Foi instalada fisicamente nas dependências da Empresa Olímpica Municipal – EOM para agilizar o acesso direto a todas as informações e documentos relacionados ao assunto Jogos Olímpicos.

VEJA MAIS NESTA EDIÇÃO

Entrevista

A Lei Anticorrupção e o pioneirismo capixaba

página 3

Artigo

Lutas e Alianças:
Brutas Pajelanças

página 6

Aconteceu

Professor Lino Martins é homenageado

página 8

Controle dos investimentos

De acordo com a coordenadoria, há dois tipos de investimentos necessários para a realização do evento, que determinam como o serviço será executado. No primeiro grupo, chamado Matriz de Responsabilidades, estão os investimentos ligados diretamente aos Jogos Olímpicos, como, por exemplo, a construção das arenas e reforma dos estádios.

Um segundo grupo, que abriga Outros investimentos e é classificado como Matriz de Políticas Públicas (Legado), contempla as obras que fazem parte do Plano de Políticas Públicas da Prefeitura. São considerados como legado para a cidade apesar de não impactarem diretamente na realização dos Jogos.

“São exemplos deste segundo bloco as melhorias nas vias públicas da cidade, como a criação da Transolímpica (via expressa que ligará o Complexo Esportivo de Deodoro ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca) e o Viário da Barra (ampliação do entorno do Parque Olímpico da Barra), e na infraestrutura, como o saneamento da Zona Oeste e o controle de enchentes da Grande Tijuca. Nosso trabalho consiste em acompanhar os principais investimentos listados na Matriz de Responsabilidades e na Matriz do Plano de Políticas Públicas”, resume a equipe.

“Faz parte também do nosso trabalho acompanhar os principais investimentos referentes aos Jogos Olímpicos. Nesse sentido, planejamos trabalhos que abrangem 95% das intervenções previstas na Matriz de Responsabilidades e 93% da Matriz do Plano de Políticas Públicas (Legado).”



Inovação

A equipe acrescenta que, considerando o volume de intervenções que vem ocorrendo na cidade, os trabalhos são planejados de forma a fazer acompanhamento de um grupo de investimentos. Neste sentido, e devido à peculiaridade da nova CAD, o campo é fértil para

um salutar processo de inovação de procedimentos. “O principal ente executor das obras olímpicas é o Município do Rio de Janeiro, entretanto, parte dos recursos utilizados para a realização das obras vem do Governo Federal. Isso faz com que além dos órgãos de controle do próprio município como a CGM-RJ e o TCMRJ, esses investimentos também estejam sendo auditados pela CGU, TCU e pelo Ministério dos Esportes. Essa integração entre os órgãos de controle possibilita a troca de informação e de experiências”, afirma a coordenadora.

Parcerias

Para cumprir sua missão, a 5ª CAD Rio 2016 conta com a parceria de outros órgãos de controle. A fim de conjugar os esforços, foram incluídos no acompanhamento a leitura dos relatórios desses órgãos e das respectivas respostas dos órgãos da municipalidade.

“Participamos de reuniões sistemáticas com o TCMRJ, utilizamos as informações dos relatórios de gerenciamento e atuamos também no grupo de trabalho criado pela Rede de Controle da Gestão Pública para os trabalhos referentes às Olimpíadas”, lista a equipe, esclarecendo que esta rede é composta por diversos órgãos, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCERJ), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCMRJ).

Além disso, são realizadas inspeções presenciais com o intuito de comprovar o atendimento aos cronogramas físicos das obras a fim de corroborar o prazo de conclusão das mesmas. “Essa metodologia de trabalho tem como objetivo acompanhar um maior número de obras sem, contudo, haver uma sobreposição de esforços dos órgãos de controles”, informa.

“Como cidadãos nossa expectativa para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos é que sejam um sucesso e deixem um grande legado para a cidade e para a população. Já como profissionais do controle interno da Prefeitura, esperamos cumprir essa missão atingindo os objetivos propostos, e desenvolvendo um modelo de auditoria e acompanhamento que possa ser utilizado de forma eficaz em eventos de grande porte realizados no Rio de Janeiro e em outras cidades”, finalizam.

[continua na pag. 5]

expediente

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro | Prefeito: Eduardo Paes | Controladoria Geral do Município | Controlador-Geral: Antonio Cesar Lins Cavalcanti | Subcontroladora de Gestão: Rosane Affonso | Subcontroladora de Integração de Controles: Angela de Arezzo Meireles | **Prestando Contas** | Edição e pauta: Margarete Ramos e Rogério Lessa Benemond | Projeto Gráfico e arte: Ricardo Augusto | Diagramação: Érika Grijó | Redação: Margarete Ramos, Érika Grijó e Rogério Lessa | Revisão: Rogério Lessa Benemond | Colaboração na matéria principal: Equipe 5ª CAD | Impressão: Gráfica e Editora Rio DG Ltda. | Tiragem: 500 exemplares | **Assessoria de Comunicação Social** | Assessora-chefe: Margarete Ramos | Editor gráfico: Nanci Marques

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409 Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-901 | Tel.: (21) 2976-1515/2967 e-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br e acs.controladoria@gmail.com
Internet: <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm>

A Lei Anticorrupção e o pioneirismo capixaba

Marcelo Zenkner

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo



Professor da Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Mestre em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais pela FDV; Doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; Promo-

tor de Justiça no Ministério Público do Estado do ES; Membro da Associação Internacional de Procuradores; Ex-Secretário de Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo.

A criação de uma estrutura administrativa específica para tratar dos casos da Lei nº 12.846/2013 é resultado de vontade política do governador Paulo Hartung, que estabeleceu como meta prioritária o combate à corrupção. Esta é uma visão moderna que guarda pertinência direta com a eficiência administrativa, eis que, tratando os recursos públicos com zelo e dando-lhes a devida destinação, o resultado direto será a melhoria da qualidade de vida da população e uma melhor prestação dos serviços públicos em relação aos direitos fundamentais sociais, como saúde e educação.

Esperamos é que a eficácia plena da Lei nº 12.846/2013 elimine de uma vez por todas as práticas nefastas e ilícitas

O Espírito Santo foi o primeiro ente federativo a aplicar multa com base na Lei Anticorrupção. Qual o significado dessa decisão histórica?

O Espírito Santo, com a punição administrativa de uma empresa que criou embaraços a um procedimento licitatório, inaugurou o CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas, criado pela Lei nº 12.846/2013 e gerido pela Controladoria Geral da União. Trata-se de uma importante conquista que coroa não apenas o árduo trabalho de capacitação dos auditores do Estado da Secretaria de Controle e Transparência, mas também o desejo da alta cúpula do Governo do Estado e a vontade da equipe de trabalho que, profundamente motivada, se uniu em torno de um ideal a ser alcançado.

O Espírito Santo foi também pioneiro na criação de uma subsecretaria com estrutura administrativa exclusiva para tratar da implementação da Lei Anticorrupção Empresarial. Este fato expressa vontade política dos capixabas ou há uma outra explicação?

Qual o grau de importância de uma lei dessa natureza para o atual momento vivido pelo Brasil?

O que esperamos é que a eficácia plena da Lei nº 12.846/2013 elimine de uma vez por todas as práticas nefastas e ilícitas nela previstas. Se os empresários que têm negócios com o Poder Público tomarem conhecimento de que haverá a devida punição, certamente qualificaremos as contratações públicas, com empresas que poderão prestar os melhores serviços e entregar os melhores produtos por um valor que seja justo. A médio e a longo prazo, certamente essa atuação mais incisiva e contínua dos órgãos de controle fará com que aqueles que têm negócios com o Poder Público mudem sua mentalidade, pois, doravante, apenas as empresas que cultivarem a ética e a integridade no âmbito comercial é que terão chances reais nas licitações públicas. Isso bem demonstra que, se a lei for bem aplicada, certamente descortina-se um futuro esperançoso para o Brasil.

Acredita que a nova legislação atingirá também os corruptores com a mesma eficácia?

As sanções administrativas previstas na Lei Anticorrupção Empresarial são direcionadas exclusivamente às pessoas jurídicas e são bastante severas, não apenas no aspecto pecuniário (multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa), mas também em relação ao próprio futuro da empresa, vez que ela pode ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

O objetivo da lei é punir as empresas cujos funcionários se envolvem com atos correlacionados à corrupção. No Espírito Santo já é nítida a preocupação das empresas com a implementação de seus sistemas de integridade e com a contratação de profissionais para atuarem na área, os "compliance officers". Esse setor, que há

Quais foram os benefícios da utilização do aplicativo Fiscal Cidadão? Quais foram as mudanças nessa comunicação entre Governo e Cidadão?

Este aplicativo é uma ferramenta que criamos para superar a burocracia e aproximar a sociedade do Governo do Estado. Nosso objetivo é possibilitar que a população dê sua contribuição e desenvolva práticas cidadãs e isso tem acontecido.

As denúncias têm aumentado. Como os celulares são, hoje, praticamente uma extensão do corpo das pessoas, a partir do momento em que elas dispõem de um canal direto de comunicação com o Estado há o aumento do envio de informações para os órgãos de controle. Isso estimula, inclusive, o exercício pleno da cidadania e uma maior participação do cidadão no dia a dia da Administração Pública.

Ainda há uma grande escassez de profissionais capacitados para atuarem nessa área.

tempos já integrava a estrutura administrativa das empresas multinacionais com negócios no Brasil, é o responsável por capacitar os funcionários, elaborar os códigos de conduta, investigar e conter a prática de atos ilícitos empresariais, especialmente nos negócios com o Poder Público.

O problema é que ainda há uma grande escassez de profissionais capacitados para atuarem nessa área. A ideia central é no sentido de que, eliminando-se os corruptores, certamente haverá uma diminuição dos corruptos.

Em sua opinião, a Lei Anticorrupção Empresarial não veio apenas para tratar de casos de corrupção. "Seu objetivo é bem mais nobre e abrangente." Por quê?

Seu objetivo é bem mais nobre e abrangente, pois o que a lei pretende, assim como já acontece em vários outros países, é cultivar a integridade no meio empresarial e negocial, fazendo com que as empresas sejam, inclusive, mais responsáveis ao contratar com o poder público para que este, por sua vez, possa ser mais eficiente e prestar serviços públicos de melhor qualidade.

Qual a expectativa para a implantação do Sispatri (Sistema de Controle da Evolução Patrimonial dos Servidores Públicos Estaduais), sistema que ajudou São Paulo a investigar a Máfia dos Fiscais do ISS?

Já existe uma exigência legal no sentido de se acompanhar a evolução patrimonial dos servidores públicos desde 1992, quando entrou em vigor a Lei nº 8429, conhecida como Lei da Proibidade Administrativa. O problema é que essa imposição legal nunca saiu do papel, dadas as imensas dificuldades administrativas existentes em torno do cruzamento de uma grande quantidade de dados.

O Sispatri foi desenvolvido pelo ex-controlador geral do município de São Paulo, Mário Spinelli e, utilizando excelentes recursos tecnológicos, realiza automaticamente esse cruzamento e oferece aos órgãos de controle as informações necessárias para punir servidores públicos pela prática de ato de improbidade administrativa previsto no inciso VII do artigo 9º da Lei de Proibidade Administrativa. Em breve esse sistema já estará produzindo resultados no Espírito Santo.



TRABALHOS PLANEJADOS E/OU EXECUTADOS PELA 5ª CAD

Desde o início dos trabalhos, a 5ª CAD emitiu Relatórios de Auditoria para cada uma das obras selecionadas para acompanhamento, sendo elas:

- **Complexo Esportivo de Deodoro Norte (8 edificações e toda infraestrutura do entorno) e Sul (10 intervenções entre edificações novas e reformas)**
- **Parque Olímpico da Barra (14 edificações, além da infraestrutura do Parque)**
- **Parque Aquático Maria Lenk (reforma de modernização e adaptação)**
- **Viário da Barra (duplicação das Avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno. Com a construção de 3 viadutos, 21 pontes e 2 terminais rodoviários para o sistema BRT)**
- **Duplicação do Joá (construção de 2 viadutos, 1 ponte, escavação de 2 túneis)**
- **PPP do Porto (o projeto abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho. Prevê a demolição da Perimetral, construção de 4 túneis, alças de viadutos, mergulhão de prolongamento da Via Expressa, além de obras de infraestrutura e urbanização)**
- **VLT Do Porto (implantação de 28 kms de trilhos e infraestrutura necessária, 32 estações de parada além do material rodante)**
- **Saneamento da AP5 – Bacia do rio Marangá (construção de estação de tratamento, elevatórias de esgotos e rede coletora)**
- **Controle de Enchente da Grande Tijuca (reservatórios profundos)**
- **Transolímpica (em andamento)**
- **Estádio Olímpico João Havelange – Engenheiro (reforma de modernização e adaptação)**

Além das obras, especificamente foram realizados outros trabalhos como a análise do Orçamento do CORIO 2016 (Comitê Olímpico Rio 2016), análise do contrato de Gerenciamento das obras olímpicas e do comissionamento (transferência dos equipamentos para o CORIO) e análise da contratação e execução do contrato de aluguel dos Assentos Provisórios.

Acrescente-se à lista o levantamento de informações com respectiva emissão de relatórios do Gerenciamento das Olimpíadas, onde foi apurada a responsabilidade de cada ente envolvido na preparação dos Jogos e o levantamento de informações gerais, como informações sobre os mascotes e sobre a tocha olímpica e as datas e locais dos eventos esportivos. Este trabalho é chamado de "Conhecendo às Olimpíadas".

INSTALAÇÕES JÁ CONCLUÍDAS,

de acordo com a Assessoria de Comunicação da Empresa Olímpica Municipal

PARQUE OLÍMPICO: Infraestrutura adequada.

ARENA CARIOCA: com capacidade para 16 mil lugares, a Arena Carioca pode receber eventos esportivos nas modalidades basquete, basquete em cadeira de rodas e rúgbi em cadeira de rodas.

ARENA CARIOCA 3: com capacidade para 10 mil espectadores, poderá receber competições esportivas de esgrima, taekwondo e judô Paralímpico.

ARENA DO FUTURO: capacidade para 12 mil lugares, receberá jogos de handebol e goalball.

ESTADO AQUÁTICO: serão 18 mil lugares para assistir as competições de natação, polo aquático e natação Paralímpica.

PARQUE AQUÁTICO MARIA LENK: Cinco mil pessoas poderão ver as competições de saltos ornamentais, nado sincronizado e polo aquático.

CENTRO INTERNACIONAL DE TRANSMISSÃO (IBC): 12 estúdios e capacidade para 10 mil pessoas.

CENTRO PRINCIPAL DE IMPRENSA (MPC): A instalação vai operar 24 horas por dia durante o evento,

dando suporte aos profissionais da imprensa nacional e internacional.

CAMPO DE GOLFE: Quinze mil lugares para os apreciadores do golfe.

COMPLEXO ESPORTIVO DE DEODORO: O local será sede de 11 modalidades olímpicas e quatro paralímpicas.

INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

CIRCUITO DE MOUNTAIN BIKE: 25 mil lugares em pé, para ciclismo Mountain Bike.

ESTÁDIO DE DEODORO: 15 mil lugares para rúgbi, hipismo do pentatlo moderno e combinado (corrida e tiro) do pentatlo moderno; futebol de 7.

MARINA DA GLÓRIA: Com 10 mil lugares, foi a primeira instalação testada para os Jogos, em dois eventos-teste realizados em 2014 e 2015.

SAMBÓDROMO: infraestrutura adequada para as modalidades de largada e chegada da maratona, tiro com arco e tiro com arco paralímpico.

Lutas e alianças: brutas pajelanças

Marcus Vinicius de Azevedo Braga



Doutorando em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ (GPP/PPED/IE/UFRJ). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (2011) na linha de políticas públicas e gestão da Educação Básica, possui licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (2005) e Bacharelado em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (1996). Atualmente é auditor interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Guillermo O'Donnell (1936-2011) era um gênio. Talvez, se não fosse latino americano (era argentino), teria tido mais notoriedade no campo da ciência política mundial e não teria suas discussões circunscritas a uns poucos debates acadêmicos. Mas, somos da América do Sul. Eu sei, vocês não vão saber.

De forma singela, este pesquisador, no estudo dessa mesma América Latina e seu processo de amadurecimento democrático, nas questões da chamada Accountability, enxergou nesta uma dimensão horizontal, de órgãos especializados com a missão de controlar os outros, em uma evolução da discussão de pesos e contrapesos, oriunda das ideias de Aristóteles (384 AC-322 AC), Montesquieu (1689-1755) e Locke (1632-1704).

Uma discussão mais do que atual, que não se prende somente a limites e indicações de um poder sobre o outro e sim como um mecanismo a sacralizar a ideia de que no Estado democrático de direito tudo tem limites e que todos somos passíveis de vigilância e prestação de contas, transcendendo o reducionismo de tratar a ação de agentes públicos apenas pelo aspecto moral.

Arranjos de raiz liberal, de proteção do homem contra o Estado, de inibição do abuso de autoridade, que decanta em corrupção e opressão. Uma ideia de que o poder corrompe a todos de mesma forma, restando apenas como solução a vitória da desconfiança, na qual cada um controla o outro e todos se controlam mutuamente, em uma proposta onerosa, mas que tem sido a melhor solução encontrada até o momento.

Daí surgem os paradigmas de equilíbrio entre os poderes da República, do federalismo, bem como a ideia do juiz, promotor e advogado estarem no mesmo plano, trazendo como efeitos a diluição de poderes, de forças, em conselhos, instâncias, na qual se limitam atores, sob os riscos de um acréscimo dos custos de transação e ainda, da existência do famigerado conluio.

Conluios pois para além dos arranjos formais, nas organizações campeiam, naturalmente, as relações informais, de histórias e interesses comuns e que frustram a beleza idealizada dessa visão de equilíbrio, sem no entanto tirar o seu valor, frente a outras opções possíveis.

Sobre essas bases de equilíbrio entre poderes se sustentam as modernas sociedades democráticas, e destina ao insucesso visões minimalistas de enxergar governos apenas como empresas, que olvidam a lógica política de mediação de forças, com atores múltiplos, e que o produto e o cliente são de difícil mensuração e identificação, sem desconsiderar, por óbvio, que temos muito a aprender com a gestão privada, com as necessárias adaptações.

O fato é que esses mecanismos de equilíbrio, na prática, não nos afastam totalmente dos problemas de corrupção e de abuso de poder, ainda que nos forneçam espaços de luta, de interação formal na conquista de direitos, onde cabem os conselhos, partidos políticos, promotorias, defensorias, ONGs, movimentos sociais e legisladores. Templos de lutas e alianças, distantes do tempo no qual o Rei não errava e que o cidadão dava lugar ao servo.

Mas, é necessário algo mais do que apenas órgãos em luta. E essa necessidade de interação entre o institucional-burocrático e o popular também foi prevista por O'Donnell, quando trata da chamada Accountability Vertical, como forma de controle do Estado pelas ações dos cidadãos e seus diversos segmentos, seja pelo voto, seja pelo chamado controle social, entendida essa Accountability vertical como indispensável para o sucesso da sua dimensão horizontal, em uma valorosa sinergia. Ou

achamos que somente a estrutura burocrática dará conta de nossas questões?

Assim, fortalece-se a discussão da chamada democracia participativa, que complementa, em tempos de tecnologia e complexidade da ação estatal, a interação necessária com a democracia representativa, prevenindo os problemas de agência, oriundos da assimetria da informação, impedindo que o agente (governantes) fuja dos objetivos do principal (sociedade), ainda que na prática essa interação ainda esteja engatinhando.

Entretanto, esse equilíbrio de poderes, como já percebido por O'Donnell na exaltação da dimensão vertical, é frágil, como a busca de mercados perfei-

Essa sociedade mais próspera e menos desigual, ainda que seja algo inatingível na sua essência, acredita-se que são possíveis avanços. Como disse de forma magistral Simon Schwartzman no seu livro "Bases do autoritarismo brasileiro", é preciso tornar menos burocrática, autoritária e clientelística a ação do Estado, assim como é necessário tornar menos privatista e conservadora a política representativa, relacionando esta a interesses mais gerais do Estado e não a lógica dos interesses particulares de grupos privilegiados.

Para tal, faz-se necessário um conceito que pode parecer um chavão, mas que é essencial, que é o amadurecimento político. Não tem solução mágica.

Essa sociedade mais próspera e menos desigual, ainda que seja algo inatingível na sua essência, acredita-se que são possíveis os avanços.

tos que se equilibram. Bebendo das ideias de Marx (1818-1883) e de Gramsci (1891-1937), enxergamos essas instituições de representação como espaços de conflito e cooperação, de grupos econômicos, de interesses que atuam de forma coercitiva e ideológica, em diversos formatos, com capturas e avanços, discursos e cooptações, na busca de se acomodar demandas e poderes.

Nesse frágil tecido de relações, constroem-se as alianças, travam-se as lutas e tentam subsistir regras, direitos e mecanismos de Accountability, em uma bruta pajelança, que passa ao largo do mundo positivista de coisas absolutas e equilibradas. E nesta selva é que transitamos desde sempre, na busca de uma vida melhor, que tem ocorrido, bastando olhar os livros de história.

Assim, longe de grandezas absolutas, a luta da democracia se faz no cotidiano, entre o formal dos representantes e o informal das nossas representações, para que se cumpra a lei, para que se garanta o direito, para que o conflito seja mediado e que as desigualdades sejam mitigadas, sem perder de vista o mérito e a emancipação. Uma vida melhor, para todos, é o ideal programático da democracia, mas difícil é definir o quanto melhor é suficiente e o melhor para quem.

Esse processo de crescimento nessa dimensão passa pelo incremento da participação social, da transparência, da avaliação da gestão pública, da qualidade de serviços, da defesa dos direitos sociais e da promoção da Educação. Medidas fundamentais para uma sociedade democrática e que ainda estamos Tateando, por leis e práticas.

Concluimos com um fecho clássico, mas que nos faz refletir sobre a nossa distância desse amadurecimento. Falo do poema de Bertold Brecht, o "analfabeto político", que nos instiga quando diz: "O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais."





Criador da CGM-RJ, Prof. Lino Martins é homenageado com inauguração de escola



Fundador da CGM-RJ, o Professor Lino Martins foi um dos homenageados pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro com a inauguração do Primário Lino Martins, uma das quatro unidades escolares do Campus Educacional Maré, no Complexo da Maré, zona norte da capital carioca, construídas por meio do Fábrica de Escolas do Amanhã Governador Leonel Brizola. Juntas, as escolas municipais inauguradas beneficiarão três mil alunos na região, que passarão a estudar em tempo integral, com turno de sete horas diárias.

CGM-RJ participa de posse da nova diretoria do CONACI



imagem: site CONACI

A 18ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno, que aconteceu na sede da Controladoria Geral da União (CGU) em Brasília (DF), em março, e contou com a presença do novo Ministro da CGU, Luiz Navarro.

Na ocasião, o Controlador-Geral da CGM-RJ, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, que foi eleito Vice-

Presidente do CONACI, tomou posse, assim como o Auditor-Geral do Estado do Pará, Roberto Amoras, que assumiu a presidência.

Controladoria publica seu Relatório de Atividades 2015 e Diretrizes para 2016



A CGM-RJ publicou em seu Portal o Relatório de Atividades 2015 e Diretrizes para 2016, que contém todo o Planejamento Estratégico e Acordos de Resultados da Controladoria do ano de 2015. O relatório apresenta todas as atividades desenvolvidas pelo órgão interna e externamente, e lista também suas participações em grupos de trabalho e comissões e relacionamento com outras instituições. **Acesse:** http://www.rio.rj.gov.br/ebooks/relatorio_atividades_2015_2016/

Equipe da CG/ADG divulga a técnica do Cliente Oculto no Portal do Servidor



imagem: Paulo Eduardo

Com o propósito de aprimorar cada vez mais os serviços que a prefeitura presta aos cidadãos, a Controladoria Geral do Município

passou a utilizar a técnica de pesquisa "Cliente Oculto" na realização de suas auditorias. O uso do procedimento ficou estabelecido a partir da Resolução da CGM nº 1205, de 30 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial de 1º de outubro do mesmo ano.

Acesse: http://www.rio.rj.gov.br/static/10112/5160277/4147152/Res_cgm_1205_cliente_oculto.pdf

Prestação de Contas Completa e Prestação de Contas Carioca já estão disponíveis no Portal CGM-RJ!



A primeira traz a versão completa das contas do Município do Rio de Janeiro no exercício de 2015, enquanto a segunda apresenta um resumo de forma amigável e acessível, voltado ao cidadão comum. **Confira:** <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm/exibeconteudo?id=4200417>

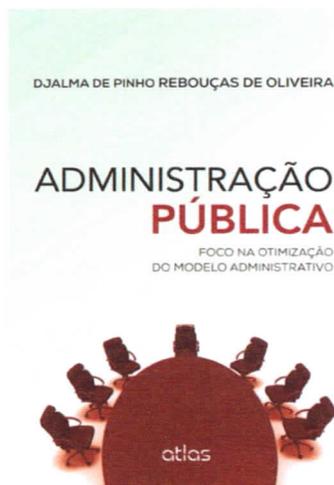


Para receber o Boletim Prestando Contas digital, envie o seu e-mail para: acs.controladoria@gmail.com ou acs.cgm@pcrj.rj.gov.br



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Foco na otimização do modelo administrativo



A essência deste livro é mostrar que a administração pública pode se tornar eficiente, eficaz e efetiva. E mais: ser plenamente respeitada pela comunidade para a qual realiza seus serviços, desde que desenvolva e operacionalize determinadas mudanças em seu modelo e estilo administrativos.

Essas mudanças são perfeitamente factíveis e, na realidade, é mais

uma questão de querer fazer, bem como os profissionais da administração pública se colocarem em uma posição de "bem servir" a comunidade em suas responsabilidades básicas. Nesse contexto, o futuro da administração pública poderá ser bem mais interessante e respeitado.

O livro foi estruturado em sete capítulos com finalidades específicas, mas seus conteúdos estão interligados entre si. Visando otimizar o seu nível de entendimento da realidade e da situação ideal de atuação das instituições públicas, ao final de cada capítulo são apresentadas seções, como questões para debate, Exercício para reflexão e um caso para análise, proposta de solução e debate.

A obra é recomendada para todos os funcionários públicos que acreditam que a administração

pública pode estar em um patamar de qualidade evoluído e direcionado para as necessidades e expectativas das comunidades às quais devem atender

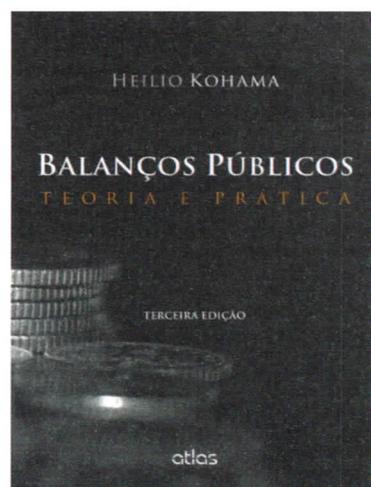
- Leitura de interesse para os profissionais que pretendem ingressar, e trabalhar, com qualidade, na Administração Pública.

- Leitura básica para os cursos técnicos, e os de graduação e pós-graduação em administração pública.

- Leitura de atualização e reciclagem profissional para o público em geral.

Autor: Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira
ISBN: 9788522490035
Publicação: 27/06/2014
Edição: 1|2014
Formato: 14 X 21
Páginas: 352
Acabamento da capa: BROCHURA
Peso: 0,69kg
Selo Editorial: Atlas
R\$ 78,00

BALANÇOS PÚBLICOS: Teoria e Prática



A necessidade cada vez maior de organizar e apresentar com mais precisão os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e suas variações leva à abertura de um novo ramo de estudo da Contabilidade Pública que é o da estrutura, análise e interpretação de balanços públicos.

Este livro tem como objetivo apresentar uma pequena e inicial colaboração para facilitar o estudo, a consulta e a pesquisa de quantos necessitam conhecer seu funcionamento prático e ter condições de melhor desempenhar suas funções.

O texto complementa o livro Contabilidade Pública, com base na estrutura ordenada dos elementos, da composição, do conteúdo das peças contábeis e da análise e interpretação de seus resultados. Relativamente à complementação referida, são expostos vários assuntos específicos, com pormenores que são bastante úteis para a compreensão dessas matérias.

Livro-texto para a disciplina Contabilidade Pública dos cursos de graduação e pós-graduação de Ci-

ências Contábeis e Administração Pública. Obra de referência e consulta profissional para militantes nas administrações federal, estaduais, municipais e autárquicas que necessitem conhecer a estrutura e proceder a análise e interpretação dos resultados apresentados nos balanços públicos.

Autor: Heilio Kohama
ISBN: 9788522496129
Publicação: 25/03/2015
Edição: 3|2015
Formato: 14 X 21
Páginas: 232
Acabamento da capa: BROCHURA
Peso: 0,46kg
Selo Editorial: Atlas
R\$ 99,00

Demonstrativos LRF

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. fevereiro 2015 a fevereiro de 2016

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	fev-15	fev/16	Em fev-15	Em fev/16	Até fev-15	Até fev/16	Em fev-15	Em fev/16
RECEITAS CORRENTES	24.651.184.218,00	26.466.441.375,00	2.652.708.999,33	2.794.834.672,41	4.593.552.924,30	4.991.433.930,83	20.057.631.293,70	21.475.007.444,17
Tributárias	9.716.690.649,00	10.473.730.938,00	1.572.855.268,71	1.519.322.121,03	2.342.133.277,54	2.465.080.240,51	7.374.557.371,46	8.008.650.697,49
Contribuições	3.244.993.588,00	3.640.740.934,00	243.907.995,55	267.908.794,88	506.517.444,47	529.070.273,33	2.738.476.143,53	3.111.670.660,67
Patrimoniais	1.334.418.795,00	1.544.813.539,00	85.535.110,54	99.404.665,20	144.989.497,60	160.597.893,36	1.189.429.297,40	1.384.215.645,64
Industrial	11.862.820,00	10.354.642,00	176.175,06	212.470,33	879.468,92	967.927,65	10.983.351,08	9.386.714,35
Serviços	463.046.364,00	419.224.807,00	6.887.930,50	7.870.339,84	28.424.984,49	20.486.002,09	434.621.379,51	398.738.804,91
Transferências Correntes	7.790.387.218,00	7.926.541.882,00	678.680.641,53	762.417.490,83	1.421.100.027,93	1.508.345.055,39	6.369.287.190,07	6.418.196.826,61
Outras Receitas Correntes	2.089.784.784,00	2.451.034.633,00	64.665.877,44	137.698.790,30	149.508.223,35	306.886.538,50	1.940.276.560,65	2.144.148.094,50
RECEITAS DE CAPITAL	5.538.244.534,00	4.399.490.273,00	33.274.897,98	451.629.426,66	457.406.702,29	705.282.522,92	5.080.837.831,71	3.694.207.750,08
Operações de Crédito	2.430.518.920,00	1.913.225.749,00	72.126,86	439.896.028,87	350.018.765,20	519.298.567,63	2.080.500.154,80	1.393.927.181,37
Alienações de Bens	655.860.436,00	987.772.950,00	-	332.297,02	989.345,27	584.439,04	654.871.090,73	987.188.510,96
Amort. de Empréstimos	65.523.460,00	85.534.602,00	9.483.002,63	5.682.045,74	18.807.646,34	9.881.246,63	46.715.813,66	75.653.355,37
Transferências de Capital	2.248.977.418,00	1.109.390.372,00	23.719.768,49	5.719.055,03	87.590.945,48	175.518.269,62	2.161.386.472,52	933.872.102,38
Outras Receitas de Capital	137.364.300,00	303.566.600,00	-	-	-	-	137.364.300,00	303.566.600,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	30.189.428.752,00	30.865.931.648,00	2.685.983.897,31	3.246.464.099,07	5.050.959.626,59	5.696.716.453,75	25.138.469.125,41	25.169.215.194,25
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA		EXECUÇÃO				SALDO	
	fev-15	fev/16	Em fev-15	Em fev/16	Até fev-15	Até fev/16	Em fev-15	Em fev/16
DESPESAS CORRENTES	(22.847.126.722,31)	(25.351.939.248,65)	(1.299.465.110,04)	(1.299.454.898,99)	(2.856.102.875,81)	(3.097.737.317,30)	(19.991.023.846,50)	(22.254.201.931,35)
Pessoal e Encargos	(13.634.436.492,56)	(15.293.091.051,04)	(740.408.123,78)	(845.592.982,60)	(1.827.352.866,90)	(2.093.689.763,52)	(11.807.083.625,66)	(13.199.401.287,52)
Juros e Encargos da Dívida	(837.758.737,00)	(652.751.851,00)	(25.318.943,00)	(96.153,85)	(129.740.043,28)	(56.634.854,63)	(708.018.693,72)	(596.116.996,37)
Outras Despesas de Correntes	(8.374.931.492,75)	(9.406.096.346,61)	(533.738.043,26)	(453.765.762,54)	(899.009.965,63)	(947.412.699,15)	(7.475.921.527,12)	(8.458.683.647,46)
DESPESAS DE CAPITAL	(7.845.276.192,90)	(6.058.733.106,63)	(116.638.694,49)	(107.614.378,10)	(450.001.670,71)	(310.387.703,69)	(7.395.274.522,19)	(5.748.345.402,94)
Investimentos	(7.150.558.126,90)	(5.652.658.790,63)	(110.084.428,37)	(107.397.531,10)	(306.908.537,88)	(257.529.685,98)	(6.843.649.589,02)	(5.395.129.104,65)
Inversões Financeiras	(199.500.227,00)	(121.544.539,00)	-	-	(70.599.466,89)	(26.092.673,24)	(128.900.760,11)	(95.451.865,76)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(495.217.839,00)	(284.529.777,00)	(6.554.266,12)	(216.847,00)	(72.493.665,94)	(26.765.344,47)	(422.724.173,06)	(257.764.432,53)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(169.018.684,27)	(63.724.076,45)	-	-	-	-	(169.018.684,27)	(63.724.076,45)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(30.861.421.599,48)	(31.474.396.431,73)	(1.416.103.804,53)	(1.407.069.277,09)	(3.306.104.546,52)	(3.408.125.020,99)	(27.555.317.052,96)	(28.066.271.410,74)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(671.992.847,48)	(608.464.783,73)	1.269.880.092,78	1.839.394.821,98	1.744.855.080,07	2.288.591.432,76	(2.416.847.927,55)	(2.897.056.216,49)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *	-	-	-	-	281.221.190,38	25.085.682,61	-	-

FONTES: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.